



ATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA

Equipe de Correição: Adalcídio Pereira Júnior, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Cleybson Ferraz Cascimiro, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi e Talita Simões Leão.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	RA TRT nº 048/2019 e Ato TRT SGP nº 175/2019
Data de instalação	04/06/2019
Data da última correição	02/09/2020
Período correicional	1º/10/2020 a 30/09/2021

Aos 20 dias do mês de outubro de 2021, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 13ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 30/2021 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor abriu a sessão telepresencial contando com a participação da Juíza Titular, Ana Paula Azevedo Sá Campos Porto, da Juíza substituta, Rosivania Pereira Gomes, da Diretora de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos



pelos Sistemas SUAP, e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/10/2020 a 30/9/2021 (12 meses) e nas informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Ana Paula Azevedo Sá Campos Porto	1º/06/2019 – RA TRT nº 048/2019

Magistrada substituta fixa

Juíza Substituta Fixa	Fixação na Unidade
Rosivania Pereira Gomes	12/05/2021- Ato TRT SCR nº 13/2021

1.2 Servidores lotados na Unidade

A 13ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **13** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Anísio Campos Neto	Técnico Judiciário – Assistente III	07/12/2020
Anna Christina Dantas Nunes Rocha Pedrosa	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	1º/06/2019
Carlos Henrique da Silva	Técnico Judiciário – Assistente III	1º/06/2019
Diogo Ferreira Beltrao	Analista Judiciário – Assistente de Diretor	02/06/2019
Glaucy Verissimo Maciel	Analista Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	17/05/2021
Hugo Limeira Henriques	Analista Judiciário – Assistente III	29/07/2019
Jane Bezerra da Camara Oliveira	Técnico Judiciário	1º/06/2019
Laerte Pereira de Araújo Júnior	Técnico Judiciário	02/06/2019
Ludmila de Miranda Leitão	Técnico Judiciário – Assistente IV	07/02/2021
Marcus Gurjao Pereira	Técnico Judiciário – Calculista	02/06/2019
Maria Clara de Almeida Coelho	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	08/07/2021



Maria Veronica Vieira Alves	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	16/02/2021
Ozanete Gondim Guedes Pereira	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	1º/06/2019

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual no sistema PJe, de forma híbrida, segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria. Parte dos servidores são responsáveis pela análise de petições e elaboração de minutas dos despachos e/ou das decisões e a outra parte da equipe fica encarregada do cumprimento.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: Hórus)

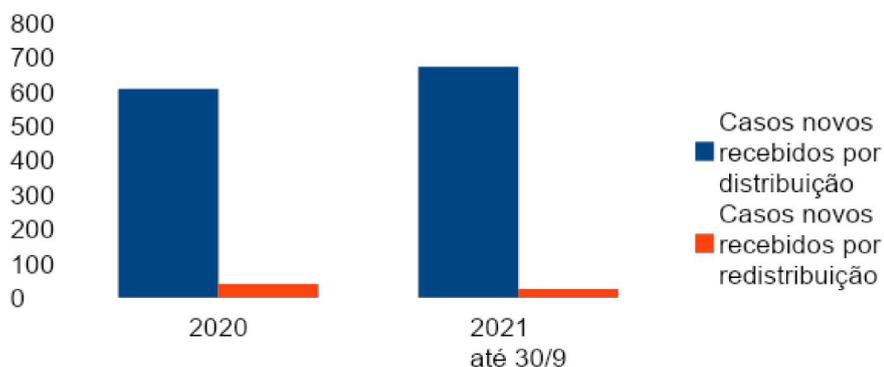
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 13ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 30/9/2021, um acervo processual de **889** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	602
Fase de liquidação	27
Fase de execução	250
Cartas precatórias e de ordem	10
TOTAL	889

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2020	2021 até 30/9
Casos novos recebidos por distribuição	607	671
Casos novos recebidos por redistribuição	39	25
TOTAL	646	696

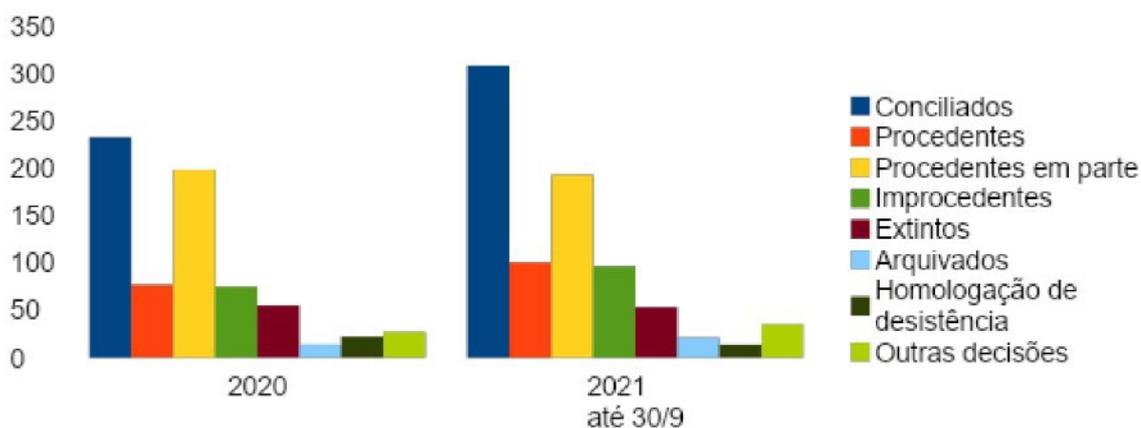


No período correicionado, não há registro de processos recebidos com sentença anulada pela instância superior.

92

2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

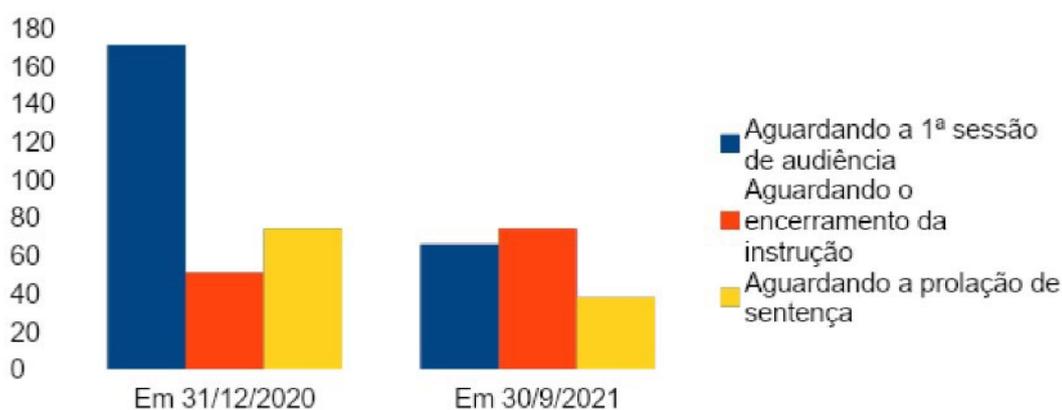
Item	2020	2021 até 30/9
Conciliados	232	308
Procedentes	77	100
Procedentes em parte	198	193
Improcedentes	75	96
Extintos	55	53
Arquivados	14	21
Homologação de desistência	22	14
Outras decisões	27	35
TOTAL	700	820



2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2020	Em 30/9/2021
Aguardando a 1ª sessão de audiência	171	66
Aguardando o encerramento da instrução	51	74
Aguardando a prolação de sentença	74	38
TOTAL	296	178



2.4 Pendentes de finalização (Fonte: Hórus)



Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2020	2021 até 30/9	Variação (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	619	602	-2,75%
Fase de liquidação	8	27	237,50%
Fase de execução	218	250	14,68%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DAS AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	125	116	114	99	53
Conciliação em conhecimento	23	23	22	38	24
Conciliação em Execução	10	19	38	31	10
Una	8	4	4	2	1
Instrução	82	111	135	106	22

Segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria, a Unidade correicionada, nas segundas, terças, quartas e quintas, realiza audiências do tipo INICIAL e de INSTRUÇÃO ou UNA distribuídas em 2 salas (par e ímpar). Ficando reservadas as sextas-feiras para processos mais complexos cujas audiências podem durar mais tempo.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa



	1ª VT	2ª VT	3ª VT	4ª VT	5ª VT	6ª VT	7ª VT	8ª VT	9ª VT	10ª VT	11ª VT	12ª VT	13ª VT	MÉDIA, excluída a unidade correicionada
10/20	71	41	48	120	86	58	73	34	90	88	49	72	59	69,17
11/20	97	100	122	201	205	83	100	81	82	158	66	94	80	115,75
12/20	88	46	50	84	242	21	76	45	60	75	40	41	46	72,33
01/21	22	8	34	31	54	11	25	13	27	31	19	14	8	24,08
02/21	115	48	134	62	131	61	79	39	67	85	56	62	54	78,25
03/21	105	66	144	96	173	94	96	60	89	102	63	116	81	100,33
04/21	149	74	196	106	90	101	114	62	81	118	27	78	121	99,67
05/21	129	89	225	117	172	91	113	79	57	126	57	140	136	116,25
06/21	115	114	181	139	105	131	74	77	83	114	138	126	143	116,42
07/21	106	99	145	93	96	57	114	50	93	43	135	142	160	97,75
08/21	113	172	192	132	146	138	70	85	80	104	140	145	173	126,42
09/21	133	159	213	182	157	121	198	97	130	94	167	212	166	155,25
TOTAL	1243	1016	1684	1363	1657	967	1132	722	939	1138	957	1242	1227	1171,67

O número de audiências da vara correicionada está, a partir de abril/2021 (metade do período correicionado), sempre acima da média das demais unidades da Jurisdição, sendo a 6ª que mais fez audiências em João Pessoa no período (10/2020 a 09/2021).

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2020	2021 até 30/09
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	99	56
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	108	57
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	125	107



Da conclusão à prolação da sentença	24	20
Do ajuizamento até a prolação da sentença	127	124

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2020	2021 até 30/09
Embargos de declaração	Recebidos	138	190
	Baixados	144	174
	Pendentes	13	29
Tutela Provisórias	Recebidos	95	98
	Apreciadas	72	97
	Pendentes	17	2
Liquidação /Execução	Recebidos	30	23
	Baixados	38	17
	Pendentes	4	4

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/10/2020 a 30/9/2021			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	359	328	17
Recurso adesivo	20	19	-
Agravo de petição	36	30	-
Total	415	377	17

7. DURAÇÃO DO PROCESSO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2020**: **132** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **173** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **149** dias. O prazo



praticado pela Unidade neste exercício, até o dia 30/09, é de **114** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **174** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **134** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **127** dias, para o ano base **2020** e de **124** dias, relativo a este ano de **2021**, até 30 de setembro.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de 2020, foi de **83** dias, e de **142** dias, referente ao exercício atual até o dia 30 de setembro.

Pontua-se que a Unidade correicionada encontrava-se no **1º** lugar da jurisdição em relação ao menor tempo médio de duração do processo na fase de execução, no ano base de **2020**. Em **2021**, até o mês de setembro, manteve a **1ª** colocação. De se registrar que a média das demais unidades de João Pessoa é de **1.277** dias. Seguem os prazos, em dias, da jurisdição de janeiro a setembro/2021:

Vara do Trabalho		
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	3912	
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1422	
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1289	
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1038	
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1017	
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1000	
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	963	
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	731	
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	624	
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	224	
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	195	
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	147	
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	142	

8. FASE DE EXECUÇÃO (Fontes: Hórus e e-Gestão)

Item	2020	2021 até 30/09
Execuções pendentes no início do período	50	210
Execuções iniciadas	289	246



Desarquivados	52	84
Recebidos de outros Órgãos	47	1
Execução de título extrajudicial	1	-
Execuções encerradas	111	216
Remetidos a outros Órgãos	21	1
Processos arquivados provisoriamente	106	127
Execuções pendentes ao final do período	210	247

Observe-se o gráfico contendo a relação entre número de execuções iniciadas e encerradas, por mês, no período correccionado (outubro/2020 a setembro/2021):



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)		
Item	2020	2021 até 30/9
Acordo	R\$ 2.183.128,58	R\$ 2.957.723,13
Espontâneo	R\$ 479.203,95	R\$ 10.740.696,46
Execução	R\$ 343.154,10	R\$ 694.455,33
TOTAL	R\$ 3.005.486,63	R\$ 14.392.874,92

VALORES ARRECADADOS (R\$)		
Item	2020	2021 até 30/9



Custas/Emolumentos	R\$ 89.653,09	R\$ 167.745,02
Contribuição previdenciária	R\$ 150.269,82	R\$ 297.610,27
Imposto de renda	R\$ 3.943,71	R\$ 10.138,50
TOTAL	R\$ 243.866,62	R\$ 475.493,79

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/10/2020 a 30/9/2021		
Item		Quantidade
SISBAJUD		238
INFOJUD		110
SIMBA		-
RENAJUD		143
BNDT	Pendentes (PJe)	178
	Incluídos (PJe)	169

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2020 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	93,19%
Unidade Correicionada	115,23%

Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
Unidades de primeiro grau do TRT	108,10%
Unidade Correicionada	116,11%



Para efeito de controle da **Meta 1/2021**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **667** casos novos (por distribuição) e **793** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **116,11%**.

Meta 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos primeiro e segundo graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,06% da Meta 2
	98,49% dos processos distribuídos até 31/12/2018
Unidade Correicionada	-
	-

Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	104,39% da Meta 2
	97,08% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	107,53% da Meta 2
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2019

Meta 3/2020– Manter o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2017/2018	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 39,40% em 2020	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,13% da Meta 3
	41,36% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	94,98% da Meta 3
	37,37% de índice de conciliação

Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38,50% em 2021	



Unidades de primeiro grau do TRT	102,11% da Meta 3
	39,32% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	115,29% da Meta 3
	44,39% de índice de conciliação

Meta 5/2020 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Unidades de primeiro grau do TRT	100,97%
Unidade Correicionada	65%

Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação a 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%

Unidades de primeiro grau do TRT	95,97%
Unidade Correicionada	153,71%

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2021-01	27	26	379	128	93,35	83,12	90,54	
2021-02	82	23	362	129	76,86	72,47	75,65	
2021-03	109	31	332	123	60,36	60,59	60,42	
2021-04	94	20	314	122	50,16	54,95	51,42	
2021-05	77	25	312	122	44,51	49,39	45,78	
2021-06	87	21	308	125	39,29	46,13	41,04	
2021-07	108	24	283	133	32,64	43,89	35,56	
2021-08	92	31	266	125	28,24	38,34	30,84	
2021-09	95	36	243	111	23,96	31,90	25,99	

Meta 6/2020 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau e até 31/12/2018 no 2º grau

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,27%
Unidade Correicionada	-

Meta 7/2020 – Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	89,23%
Unidade Correicionada	174,23%



12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

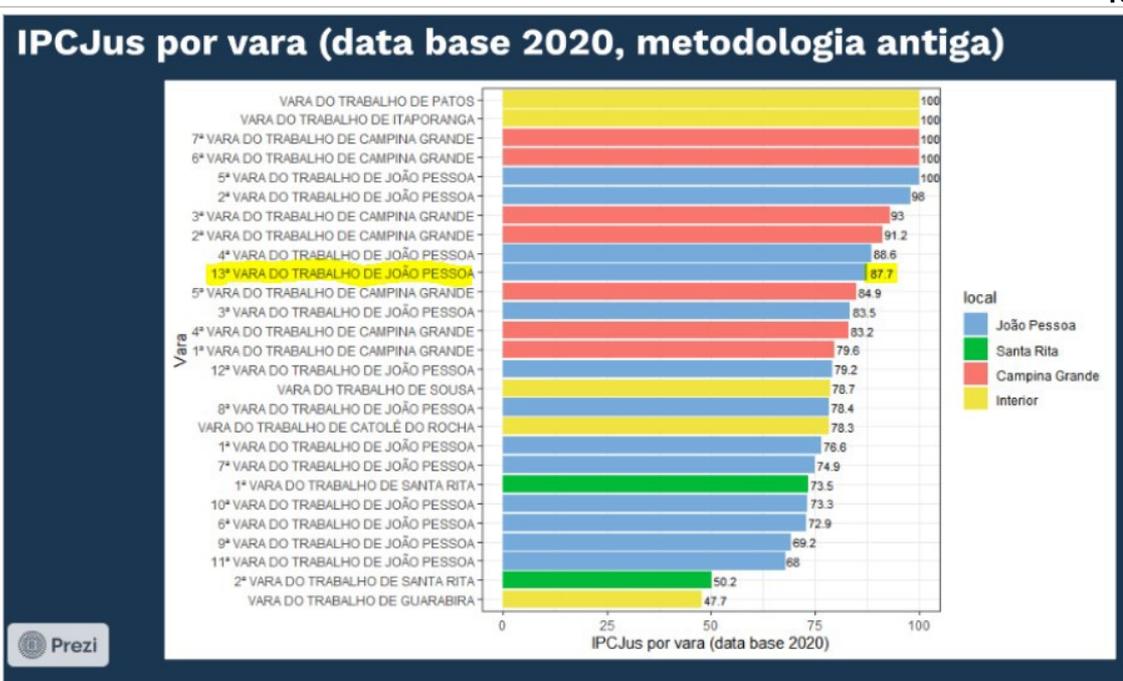
O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL). Embora os dados individualizados por vara do trabalho não

tenham sido fornecidos pelo CNJ, por meio de estudo das formas de cálculos utilizadas, a AGE indica, no que se refere aos baixados entre 2019 e 2020, um acréscimo no percentual de 4%:

Comparação entre taxas de baixados 2019/2020

VARA	Taxa de baixados 2019	Taxa de baixados 2020	Varição 2019 - 2020
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	49	68 ▲	39%
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	66,3	66,1 ▬	0%
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	43,7	58,6 ▲	34%
VARA DO TRABALHO DE CATOLÉ DO ROCHA	42,3	54,7 ▲	29%
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	56,4	53,2 ▼	-6%
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	51,8	52,8 ▬	2%
1ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	51,4	52,7 ▬	3%
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	55,8	52,1 ▼	-7%
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	49	50,3 ▬	3%
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	63,7	48,5 ▼	-24%
VARA DO TRABALHO DE ITAPORANGA	35	47,6 ▲	36%
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	53,5	46,1 ▼	-14%
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	47,3	46 ▬	-3%
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	57	45,1 ▼	-21%
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	47,9	45,1 ▼	-6%
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	39,2	44,9 ▬	15%
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	42,6	44,4 ▬	4%
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	53,4	43,5 ▼	-19%
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	48,7	42,8 ▼	-12%
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	44,7	42,7 ▬	-4%
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	47,6	41,1 ▼	-14%
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	33,5	38,4 ▬	15%
VARA DO TRABALHO DE PATOS	43,1	35,1 ▼	-19%
2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	41	34,4 ▼	-16%
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	34,5	30,6 ▼	-11%
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	33,3	28,8 ▼	-14%
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	28,7	21 ▼	-27%

Foi, também, elaborada pela AGE uma estimativa do índice IPC-Jus por unidade judiciária, havendo a 13ª Vara do Trabalho de João Pessoa atingido o percentual aproximado de 87,7%.



Considerando-se as variáveis analisadas pelo CNJ, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, aumento gradativo nos quantitativos de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere às fases de conhecimento e execução entre os anos de 2019, 2020 e 2021, valendo ressaltar que a unidade judiciária foi criada em junho de 2019.

Processos baixados	2019 (junho a dezembro)	2020	2021 até 30/09
Fase de conhecimento	359	675	781
Fase de execução	15	140	235

Comparativo por jurisdição - 2019 (baixados/conhecimento)



Vara do Trabalho

9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.076
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.066
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.062
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.002
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	994
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	965
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	936
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	911
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	903
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	878
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	813
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	408
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	359

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/conhecimento)

Vara do Trabalho

3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	721
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	675
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	664
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	640
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	635
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	604
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	600
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	576
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	563
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	537
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	525
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	524

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento - até setembro/2021)

Vara do Trabalho

3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	816
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	786
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	781
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	716
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	677
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	663
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	661
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	641
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	625
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	620
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	609
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	589
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	513



Comparativo por jurisdição - 2019 (baixados/execução)

Vara do Trabalho		
	8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	725
	7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	725
	6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	694
	1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	584
	2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
	5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	559
	4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	533
	3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	504
	9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	468
	10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	437
	11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	138
	12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	79
	13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	15

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/execução)

Vara do Trabalho		
	5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.209
	2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.000
	6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	767
	4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	756
	7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	718
	3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	608
	9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	574
	8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	551
	1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	455
	10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	340
	11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	212
	13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	140
	12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	110



Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução - até setembro/2021)

Vara do Trabalho

7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	749
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	703
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	674
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	662
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	518
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	482
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	422
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	419
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	314
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	308
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	253
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	235
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	225

Deverá a unidade judiciária manter o volume de inclusão de processos em pautas de audiências telepresenciais, iniciais, de instrução e conciliatórias, bem assim a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a elevação do índice IPC-Jus.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 13ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na **103ª** colocação (**1º quartil**), entre as 1570 varas do país, sendo a **4ª** unidade mais bem colocada do TRT13 e a **1ª** da jurisdição de João Pessoa.

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho do país com quantitativo de casos novos entre 751 e 1000 (267 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações, conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/07/2020 a 30/06/2021):

TRT/Vara	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	1º	8º	7º	2º	13º



14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2º	8º	2º	148º	1º	2º
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	2º	115º	5º	3º	8º
13ª Região - PB - 13ª Vara de João Pessoa	23º	4º	16º	151º	20º	56º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as mesmas Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	47,37	37,41	800,59
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2º	24,33	40,33	240,33
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	102,79	7,4	1.695,15
13ª Região - PB - 13ª Vara de João Pessoa	23º	149,36	27,47	135,23

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	936	101	8
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2º	893	1.053	11



Velho				
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	427	1.737	7
13ª Região - PB - 13ª Vara de João Pessoa	23º	763	224	12

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de setembro e dezembro/2020, março e junho/2021, estando a 13ª Vara do Trabalho de João Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 13/10/2021):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
setembro 2020	296º	530º	20º	1.373º	229º	365º
dezembro 2020	343º	916º	35º	841º	189º	386º
março 2021	96º	37º	98º	606º	80º	391º
junho 2021	103º	31º	59º	764º	91º	355º

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país:

Vara	Colocação no IGEST
------	--------------------



13ª	103ª
10ª	180ª
12ª	199ª
5ª	254ª
3ª	355ª
9ª	500ª
11ª	523ª
4ª	541ª
7ª	547ª
1ª	588ª
6ª	635ª
8ª	671ª
2ª	855ª

Ainda para demonstrar os números obtidos pela 13ª Vara do Trabalho de João Pessoa, no que se refere aos prazos de janeiro a setembro de 2021:

Ajuizamento até a prolação da sentença	
13ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
123,7 dias	195,6 dias
Início ao encerramento da liquidação	
13ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
29,6 dias	206 dias



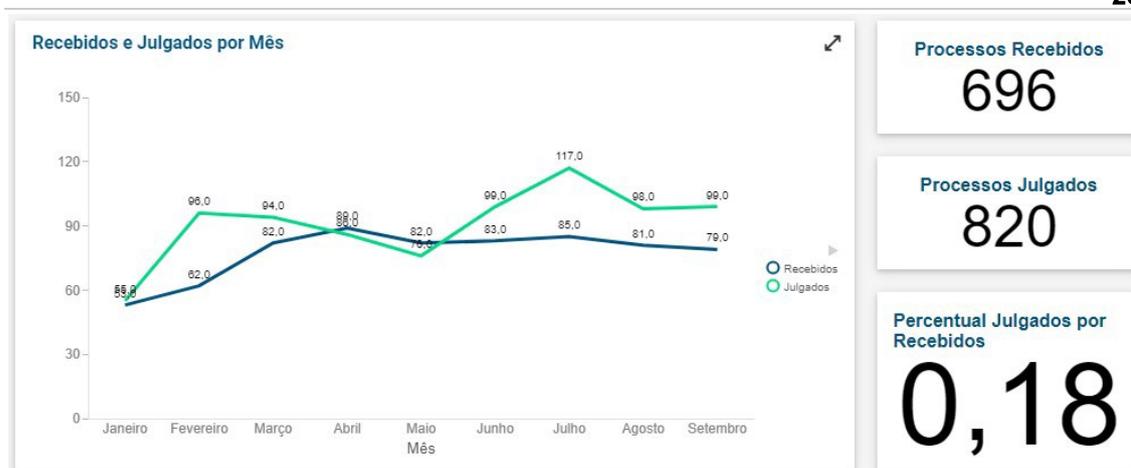
Início à extinção da execução - ente privado	
13ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
142 dias	995,4 dias
Início à extinção da execução - ente público	
13ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
146 dias	788,1 dias
Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau	
13ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
290,8 dias	1.038 dias

Merece destaque o prazo médio do início da execução até a sua extinção - 142,1 dias, sendo o menor tempo médio entre as unidades dos tribunais de pequeno porte; assim como o prazo médio do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau - 290,8 dias, que é o 3º menor tempo médio, entre as varas dos tribunais de pequeno porte.

Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a setembro de 2021, o Portal e-Gestão, em consulta realizada no dia 13/10/2021, apresenta os seguintes dados:

Percentual de processos julgados por recebidos	
13ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
17,8%	1,5%

Os números da unidade podem ser observados no gráfico:



JUÍZES

13. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO

Juíza Titular (Fonte: SUAP e PROAD)

Ana Paula Azevedo Sá Campos Porto (outubro/20 a setembro/21)			
Motivação	Processo Administrativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT nº 11980/2019	1º/10/2020 a 15/10/2020	15
Férias	Protocolo TRT nº 06963/2020	06/07/2021 a 25/07/2021	20

Juíza Substituta (Fonte: SUAP e PROAD)

Rosivania Pereira Gomes (maio a setembro/21)			
Motivação	Processo Administrativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT nº 06963/2020	18/09/2021 a 30/09/2021	13

13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.



13.2 Audiências realizadas (1º/10/2020 a 30/9/2021) (Fonte: Hórus)

Magistrado	Una	Instrução	Encerramento instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Ana Paula Azevedo Sá Campos Porto	13	210	4	277	60	55	619
Joliete Melo Rodrigues Honorato	-	49	-	38	5	6	98
Rosivania Pereira Gomes (12/05 a 30/09/2021)	4	141	1	195	41	22	404
Paulo Nunes de Oliveira	1	51	-	-	25	1	78
Clovis Rodrigues Barbosa	-	9	-	-	-	-	9

13.3 Incidentes julgados (1º/10/2020 a 30/9/2021) (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação /Execução	Total
Rosivania Pereira Gomes (12/05 a 30/09/2021)	52	22	7	81
Alexandre Roque Pinto	-	1	-	1
Maria Íris Diógenes Bezerra	-	1	-	1
Joliete Melo Rodrigues Honorato	8	22	3	33
Clovis Rodrigues Barbosa	6	-	-	6
Ana Paula Azevedo Sa Campos Porto	86	60	10	156
Paulo Nunes de Oliveira	48	1	4	53
Margarida Alves de Araujo Silva	-	1	-	1

14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS - SOLUCIONADOS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Ana Paula Azevedo Sa Campos Porto	184	62	106	54	1	12	41	35	495
Rosivania Pereira Gomes (12/05 a 30/09/2021)	106	13	60	27	-	7	8	8	229



Clovis Rodrigues Barbosa	3	1	6	4	-	-	-	-	14
Joliete Melo Rodrigues Honorato	43	1	15	10	-	3	7	7	86
Lindinaldo Silva Marinho	-	-	1	-	-	-	2	-	3
Paulo Nunes de Oliveira	36	40	57	15	-	-	9	2	159

No período correicionado, a Juíza titular laborou 330 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,5 processo/dia. A Juíza substituta laborou, no período de 12 de maio a 30 de setembro de 2021, 140 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,64 processo/dia. Quanto aos demais juizes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

14.1 Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	542
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	286
Homologação da Transação Extrajudicial	91
Consignação em Pagamento	17
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	12
Ação de Cumprimento	11
Produção Antecipada da Prova	8
Alvará Judicial - Lei 6858/80	4
Ação Civil Pública Cível	4
Embargos de Terceiro Cível	4
Ação Civil Coletiva	3
Tutela Cautelar Antecedente	3



Tutela Antecipada Antecedente	2
Interdito Proibitório	1
Ação de Exigir Contas	1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Ana Paula Azevedo Sa Campos Porto	121	72,02%
Rosivania Pereira Gomes (12/05 a 30/09/2021)	68	93,15%
Joliete Melo Rodrigues Honorato	14	87,5%
Clovis Rodrigues Barbosa	7	100%
Paulo Nunes de Oliveira	80	82,47%
Lindinaldo Silva Marinho	1	100%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Ana Paula Azevedo Sa Campos Porto	478
Clovis Rodrigues Barbosa	14
Joliete Melo Rodrigues Honorato	86
Lindinaldo Silva Marinho	4
Paulo Nunes de Oliveira	158
Rosivania Pereira Gomes 12/05 a 30/09/2021	229

16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 20 dias

Magistrados	Dias
Ana Paula Azevedo Sa Campos Porto	21
Rosivania Pereira Gomes 12/05 a 30/09/2021	13
Joliete Melo Rodrigues Honorato	5
Clovis Rodrigues Barbosa	12
Paulo Nunes de Oliveira	32
Lindinaldo Silva Marinho	12



17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2020 e a presente correição, o primeiro ciclo do observatório foi relativo aos meses de janeiro e abril de 2021, tendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em 03/06/2021.

A juíza titular destacou que persegue exaustivamente o cumprimento das metas e acrescentou processos às pautas.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria Unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), até 30/09/2021, foi registrada uma transferência para processo de outro órgão no valor de R\$ 8.050,90.

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0000128-04.2021.5.13.0032, 0000047-26.2019.5.13.0032, 0000402-36.2019.5.13.0032, 0000125-83.2020.5.13.0032.



O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Foram analisados 50 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 067/2020, havendo a prolação de 05 despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, há apenas um registro de ocorrência nos últimos seis meses, atinente à insurgência no que se refere à inclusão de pessoa física no polo passivo, devidamente respondido.

A diretora da unidade judiciária relatou problemas enfrentados relativos ao relatório do BNDT, publicação no Dejt, inacessibilidade do Sisbajud e processos que sumiram, descrevendo os chamados. A Corregedoria Regional tem conhecimento das questões apontadas e mantém contato permanente com os setores responsáveis na Setic, merecendo destaque o aspecto de que se tratam de sistemas nacionais cuja manutenção e aperfeiçoamento escapa das atribuições deste Regional.

Tratando-se da solicitação de regulamentação para acesso dos processos em segredo de justiça/documentos em sigilo pelo 2º grau, questão enfrentada de



forma corriqueira, a solução mais eficaz poderia ser a abertura de chamado pelo gabinete do relator para que tenha acesso à unidade judiciária na qual tramita o processo em sigilo, possibilitando, assim, a correta identificação de quem está consultando as peças processuais. Tal providência poderia evitar os pedidos de peças processuais via e-mail e a remessa de cópias do processo sigiloso com a identificação do servidor da vara do trabalho. Todavia, em se tratando de procedimento adotado no âmbito do 2º grau de jurisdição, afigura-se necessário levar ao conhecimento da Secretaria Geral Judiciária para que a sugestão de nova rotina de trabalho seja por ela avaliada, aperfeiçoada e implementada.

20. RECOMENDAÇÕES

Aos Juízes

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT SCR nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial,



em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários;

e) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT);

f) determinar a remessa dos autos ao arquivo provisório quando exauridas as tentativas de satisfação da dívida sem manifestação do exequente (art. 117 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);

g) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);

h) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT.

Ao Diretor de Secretaria

a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;

b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;

c) incentivar a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados.



d) orientar os servidores da triagem inicial para que tenham atenção quando do ajuizamento de cumprimentos de sentença, evitando-se que seja iniciada a execução quando ainda resta pendente a liquidação do julgado, a exemplo do ocorrido no processo 0000902-98.2019.5.13.0001.

Aos servidores

a) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução;

b) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados;

d) abster-se de incluir certidões de inexistência de pendências sem a conferência de eventuais contas judiciais no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000128-04.2021.5.13.0032, 0000047-26.2019.5.13.0032, 0000402-36.2019.5.13.0032, 0000125-83.2020.5.13.0032.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desembargador Corregedor ressalta que a 13ª Vara do Trabalho de João Pessoa permanece funcionando em plena regularidade, sempre buscando a otimização de rotinas procedimentais, a fim de acelerar a prestação jurisdicional e alcançar os objetivos de fundamental importância estratégica para o Regional, o que é claramente evidenciado pelo cumprimento parcial das Metas do CNJ 1/2021 (**116,11%**), atingida em 2020 (**115,23%**), e 2/2021 (**107,53%**).



Parabeniza a Unidade correicionada pela expressiva redução dos feitos pendentes de solução na fase de conhecimento - aguardando prolação de sentença - de **74** processos em 2020 para **38** processos no atual exercício (janeiro a setembro), recomendando à equipe que seja dada continuidade até o final deste exercício.

De igual modo, observa o Corregedor, com muita satisfação, que a Unidade correicionada encontrava-se no **1º** lugar da jurisdição em relação ao menor tempo médio de duração do processo na fase de execução, no ano base de **2020** e que, no atual exercício, especificamente de janeiro até setembro, vem se mantendo na **1ª** colocação.

Destaca, também,, o ótimo índice de conciliação (**44,39%**), superior à meta do Regional (**38,5%**) para este ano de 2021, o que reflete no cumprimento parcial da Meta 3 do CNJ, que vem apresentando o percentual de **115,29%**, não alcançada no exercício de 2020 (**94,98%**), pelo que parabeniza a equipe e recomenda a manutenção do desempenho até o final deste exercício.

Registra que a Meta 5/2021 vem alcançando o percentual **153,71%** e apresentando uma redução significativa das taxas de congestionamento nas fases de conhecimento – de **93,35%** em janeiro para **23,96%** em setembro – e de execução – de **83,12%** em janeiro para **31,9%** em setembro – o que demonstra o comprometimento da unidade correicionada em relação aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, motivo pelo qual parabeniza toda a equipe pelo atingimento da referida meta, cujo índice almejado pelo Regional é de **26,4%** na fase de conhecimento e de **65,12%**, na fase de execução. Assim, recomenda a manutenção do bom trabalho desempenhado na busca da melhoria contínua dos números da unidade.

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor enaltece a qualidade da atividade judicial desempenhada pelos integrantes da 13ª Vara do



Trabalho de João Pessoa, ao tempo em que reconhece a dedicação e o comprometimento da equipe para acelerar a prestação jurisdicional e fornecer atendimento de qualidade aos jurisdicionados.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DA-e e DEJT, e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE
Desembargador Vice-Presidente e Corregedor





VISTOS

0000675-65.2021.5.13.0025	0000488-45.2021.5.13.0029	0000754-91.2019.5.13.0032
0000034-90.2020.5.13.0032	0000161-28.2020.5.13.0032	0000310-24.2020.5.13.0032
0000244-44.2020.5.13.0032	0000100-70.2020.5.13.0032	0000486-75.2021.5.13.0029
0000019-58.2019.5.13.0032	0000335-03.2021.5.13.0032	0000013-51.2019.5.13.0032
0000116-58.2019.5.13.0032	0000389-03.2020.5.13.0032	0000249-62.2020.5.13.0001
0000295-21.2021.5.13.0032	0000486-37.2019.5.13.0032	0000323-86.2021.5.13.0032
0000656-72.2020.5.13.0032	0000450-24.2021.5.13.0032	0000697-05.2021.5.13.0032
0000394-25.2020.5.13.0032	0000712-42.2019.5.13.0032	0000687-29.2019.5.13.0032
0000153-85.2019.5.13.0032	0000080-16.2019.5.13.0032	0000536-29.2020.5.13.0032
0000260-61.2021.5.13.0032	0000082-15.2021.5.13.0032	0000693-32.2019.5.13.0001
0000645-43.2020.5.13.0032	0000243-59.2020.5.13.0032	0000104-44.2019.5.13.0032
0000293-85.2020.5.13.0032	0000272-12.2020.5.13.0032	0000475-71.2020.5.13.0032
0000373-15.2021.5.13.0032	0000383-30.2019.5.13.0032	0000090-82.2021.5.13.0002
0000523-93.2021.5.13.0032	0000618-94.2019.5.13.0032	0000296-74.2019.5.13.0032
0000655-24.2019.5.13.0032	0000312-91.2020.5.13.0032	0000682-70.2020.5.13.0032

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000634-77.2021.5.13.0032	0000485-81.2021.5.13.0032	0000902-98.2019.5.13.0001
0000077-27.2020.5.13.0032	0000421-42.2019.5.13.0032	